

**A. I. Nº** - 207093.0017/02-3  
**AUTUADO** - BRIN METAL METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP  
**AUTUANTE** - JUVÊNCIO RUY CARDOSO NEVES  
**ORIGEM** - INFAZ BONOCÔ  
**INTERNET** - 21. 10. 2003

**4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0408-04/03**

**EMENTA: ICMS. 1.** CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A ocorrência de saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não foi comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Corrigidos erros existentes nos levantamentos. **2.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. Descumprimento de obrigação tributária acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Efetuada a correção no cálculo da multa. Infrações parcialmente caracterizadas. Não acolhido o pedido de perícia. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/06/03, exige ICMS e impõe multa em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada por meio de saldo credor na conta “Caixa”, conforme demonstrativos do fluxo de caixa dos exercícios de 1998 e 1999, anexados ao processo. Foi exigido imposto no valor de R\$ 39.174,50.
2. Deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação sem o devido registro na escrita fiscal. Refere-se a aquisições interestaduais de mercadorias, cujas notas fiscais foram coletadas pelo sistema CFAMT. Foi indicada multa no valor de R\$ 1.022,08.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fls. 204 a 208, impugnando o lançamento, conforme relatado a seguir.

Quanto à infração 1, alega que, no exercício de 1998, as compras efetuadas a prazo foram consideradas pelo autuante como sendo pagas dentro do próprio mês. Afirma que não foram computados os saldos iniciais e finais da conta “Fornecedores”, conforme constam nos Balanços Patrimoniais de 1997 e de 1998 (fls. 218 e 219). Diz que efetuou um demonstrativo da conta “Fornecedores”, registrando os pagamentos realizados (fls. 220 e 221) e, com base nesses valores, refez o Fluxo de Caixa e apurou um débito tributário de R\$ 22.681,64, valor que diz reconhecer como devido.

Relativamente ao exercício de 1999, argumenta que, como o autuante desprezou os valores lançados na contabilidade e recompôs o Fluxo de Caixa, o saldo inicial de 1999 deve ser o apurado no final de 1998. No seu entendimento, o saldo a transferir para 1999 é de R\$ 190.852,89 e, portanto, não há saldo credor em 1999, como está demonstrado à fl. 264. Em defesa de sua tese, invoca o Princípio da Igualdade/Isonomia e cita os artigos 5º e 150, II, da Constituição Federal.

No que tange à infração 2, o autuado diz que: as Notas Fiscais nºs 260.925 e 37753 são referentes a aquisições de materiais para construção; a Nota Fiscal nº 27257 é pertinente a prestação de serviços, portanto não tributada pelo ICMS e sem destaque do imposto; a Nota Fiscal nº 27882 é atinente a um retorno de industrialização. Salienta que as mercadorias não são destinadas às atividades da empresa, que não está obrigado a escriturar a Nota Fiscal nº 27257 e que a falta de escrituração não causou prejuízo ao Estado. Solicita que a multa seja cancelada, nos termos do art. 915, § 6º, do RICMS-BA/97, uma vez que não houve dolo, fraude, simulação e nem implicou falta de recolhimento do imposto.

Ao finalizar a sua defesa, o autuado requer a realização de perícia, a procedência parcial da infração 1 e, em seguida, protesta por todos os meios de prova admitidos em direitos.

Na informação fiscal, fls. 266 a 268, o autuante diz que, em referência à infração 1, retificou o Demonstrativo do Fluxo de Caixa do exercício de 1998 (fl. 269), passando o débito tributário, naquele exercício, de R\$ 24.252,29 para R\$ 22.681,65.

Quanto ao exercício de 1999, o auditor assevera que o saldo inicial de Caixa, por força do art. 320 do RICMS-BA/97, deve ser o que consta no Balanço Patrimonial (fl. 119). Diz que desprezar o saldo constante no Balanço Patrimonial seria desclassificar a escrita contábil do autuado. Frisa que o defendente não apresentou vários documentos que representaram saídas de caixa, tais como, recibo de retiradas *pró-labore*, pagamento de IPTU, recibos de aluguel, rescisões contratuais e outras despesas.

No que tange à infração 2, diz que os documentos de fls. 195 a 198 comprovam o acerto da autuação. Afirma que a nota fiscal citada pelo autuado como sendo de “prestação de serviço” é, na verdade, de “serviço de industrialização”, CFOP 6.94, alcançada pelo ICMS, porém beneficiada pela suspensão.

Ao concluir a informação fiscal, o autuante solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente em parte, no valor total de R\$ 38.625,92, retificando os valores referentes ao exercício de 1998 (infração 1) e mantendo os demais, conforme Demonstrativo de Débito à fl. 270.

O autuado recebeu cópia da informação fiscal e dos novos demonstrativo e teve o prazo de lei para se manifestar (fls. 273v a 275). Nessa oportunidade, o contribuinte assevera que a auditoria fiscal contém erros e que deve ser apurado o real valor do débito tributário. Diz que, como a sua escrita contábil foi desclassificada, o saldo inicial de 1999 deve ser o saldo final apurado pelo auditor em 1998. Quanto à infração 2, diz que o autuante não deve ter entendido o que leu.

## VOTO

Inicialmente, indefiro o pedido de perícia feito pelo autuado, uma vez que os elementos existentes nos autos são suficientes para a formação do convencimento dos julgadores e, além disso, a necessidade da perícia não foi devidamente fundamentada, conforme exige o artigo 145 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7629/99.

A infração 1 abrange os exercícios de 1998 e 1999 e exige imposto em decorrência de omissões de saídas de mercadorias tributáveis apuradas por meio da ocorrência de saldos credores na conta “Caixa”. Referindo-se ao exercício de 1998, o autuado alega que aquisições efetuadas a prazo foram consideradas pelo autuante como sendo à vista. Diz que após as devidas correções, o débito referente a 1988 passa para R\$ 22.681,64, conforme demonstrativo à fl. 263. Por seu turno, o autuante acolhe o argumento defensivo e refaz o Demonstrativo de Fluxo de Caixa (fl. 269), apurando os mesmos valores encontrados pelo autuado para o exercício de 1998.

Acato a alegação defensiva referente às aquisições efetuadas a prazo e que foram consideradas como sendo à vista, pois esse argumento defensivo está baseado em provas documentais e demonstrativos, os quais foram pacificamente acolhidos pelo autuante. Desse modo, considero que o imposto devido, na infração 1, no exercício de 1998, é de R\$ 22.681,64, conforme consta no Demonstrativo de Fluxo de Caixa elaborado pelo autuante à fl. 269.

Quanto ao exercício de 1999, o autuado alega que o saldo inicial da conta “Caixa” é o saldo final que a mesma conta apresentava no exercício de 1998, R\$ 190.852,89.

O pleito defensivo deve ser acatado, já que na auditoria fiscal, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 1999, o autuante desconsiderou os valores lançados na escrita contábil do autuado para apurar os saldos credores de caixa. O saldo apurado no final de um exercício deve ser transferido para o exercício seguinte. Entendo, portanto, que o saldo final de 1998 (R\$ 190.852,89), apurado pelo autuante à fl. 269, deve ser considerado como saldo inicial do exercício de 1999.

Após efetuar a correção do Demonstrativo de Fluxo de Caixa do exercício de 1999, considerando o saldo inicial de R\$ 190.852,89, constata-se que não há saldos credores no referido exercício, conforme demonstrado pelo autuado à fl. 264.

Em face do comentado acima, a infração em tela fica parcialmente caracterizada, sendo devido imposto no valor de R\$ 22.681,64.

Relativamente à infração 2, saliento que as Notas Fiscais nºs 260.925 e 37.753 (fls. 195 e 198) são referentes a aquisições de materiais de construção, todavia, esse fato não desobriga o autuado de registrar as entradas e não elide a acusação. Do mesmo modo, o argumento defensivo pertinente à Nota Fiscal nº 27.882 (fl. 197) também não elide a infração, pois é referente a um retorno de industrialização onde o serviço prestado foi tributado pelo ICMS e o imposto foi destacado.

Quanto à Nota Fiscal nº 27.257 (fl. 196), observo que a mesma é referente a um serviço que não se encontra no campo de incidência do ICMS, não havendo destaque do imposto no documento fiscal. Assim, em relação a essa Nota Fiscal a infração não ficou caracterizada, devendo ser excluída da autuação o valor correspondente.

Quanto ao pedido do autuado para que seja, com base no art. 915, § 6º, do RICMS-BA/97, dispensada a multa que foi indicada na infração em lide, entendo que a solicitação não pode ser acatada, uma vez que não estão presentes nos autos os requisitos legais necessários para concessão do benefício solicitado.

Considero, portanto, que a infração em tela está parcialmente caracterizada, sendo cabível a multa no valor de R\$ 742,23.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor total de R\$ 23.423,86, ficando o Demonstrativo de Débito, após as correções pertinentes, conforme o apresentado a seguir:

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO							
INFR.	CÓD. DO DÉBITO	DATA DO VENCIMENTO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQ. ( % )	MULTA		VALOR DO DÉBITO (REAIS)
					UPF	%	
1	10	09/02/98	10.348,94	17%		70	1.759,32
1	10	09/03/98	11.545,82	17%		70	1.962,79
1	10	09/04/98	43.351,59	17%		70	7.369,77
1	10	09/05/98	44.832,06	17%		70	7.621,45
1	10	09/07/98	15.831,94	17%		70	2.691,43
1	10	09/08/98	7.511,06	17%		70	1.276,88
2	60	09/02/98	3.265,16	10%			326,51
2	60	09/05/98	1.174,23	10%			117,42
2	60	09/10/98	2.982,93	10%			298,29
VALOR TOTAL DO DÉBITO							23.423,86

**RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **207093.0017/02-3**, lavrado contra **BRIN METAL METALÚRGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 22.681,64**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, mais a multa no valor de **R\$ 742,22**, atualizado monetariamente, prevista no inciso IX, do mesmo artigo e lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de outubro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR